

BARTOON LUÍS AFONSO



CONSOANTEMUDA

Branquear a Inquisição é queimar a alma



Rui Tavares

Daqui a ano e meio cumprir-se-ão quatrocentos e cinquenta anos exatos sobre o dia em que Damião de Góis, um dos nomes maiores da História de Portugal no Renascimento, foi preso e depois transferido para a Inquisição de Lisboa, no topo da Praça do Rossio, mais ou menos onde está hoje o Teatro Nacional. Ali na sala a que os próprios inquisidores chamavam “a Casa das Perguntas”, não lhe foi dito por que fora preso. Não é “estilo do Santo Ofício”, disseram, informar os presos sobre as suas culpas. Bastaria a Damião saber que, se estava ali, era porque tinha culpas. O melhor que ele tinha a fazer era começar a confessá-las.

Como técnica, era eficaz. Independentemente do que a Inquisição soubesse, ficaria em breve a saber o que já sabia, mais aquilo que o réu lhes dissesse de novo – no interesse de “acertar” nas culpas de que poderia vir a ser

acusado e assim ter uma pena mais leve.

Sem fazer ideia do que queríamos os seus interrogadores, ou de quem o teria denunciado (e com quê), Damião puxou pela memória. Não tinha culpas de heresias. Que poderia então dizer? Talvez que numa das suas muitas viagens pela Europa, a mando de El-Rei Dom João III, conhecera uma vez na Dinamarca um protestante chamado João da Pomerânia, e que jantara com ele. Outra vez vir o próprio Martinho Lutero, e conhecera o seu “número 2”, Philip Melancthon, com quem jantara também. Outra vez na Suíça vir o também protestante e cosmógrafo Sebastian Münster, à porta de uma livraria, mas não o reconheceu, e só soubera quem ele era depois. Mas tudo isto se passara há mais de quarenta anos, e Damião nunca deixara de seguir a fé católica. Seria mesmo disto que os inquisidores andavam à procura?

Damião não sabia, nem viria a sabê-lo tão depressa nos três anos seguintes em que ficou preso nos chamados “Estãos” da Inquisição, em isolamento total, enquanto a vida passava lá fora, no Rossio de Lisboa. Mal fazia ele ideia de que estava ali porque um outro

português com quem estudara em Pádua, o fundador dos jesuítas Sebastião Rodrigues, o denunciara por conversas inocentes de quando eram jovens – por ter dito que Lutero era um homem inteligente ou que os alemães cuidavam melhor dos pobres do que os portugueses. Jamais poderia imaginar que uma sobrinha, Briolanja, o acusara de ter comido porco num dia santo, logo ele que tinha dispensa papal por razões de saúde para o poder fazer.

Por essas razões ali ficou, “apodrecendo de ociosidade”, como ele próprio disse aos inquisidores, comido pela sarna e outras doenças, sendo-lhe mesmo negado o pedido para que pudesse ter um livro – um qualquer, de preferência em latim – na sua cela.

Mais ou menos na mesma época, em Goa, a Inquisição abriu um processo contra Catarina da Orta, irmã de outro grande humanista e cientista português, Garcia da Orta, que a Inquisição não tinha conseguido apanhar vivo, mas a quem moveu uma perseguição póstuma tão persistente que os seus ossos foram exumados para serem queimados.

Estes foram apenas alguns entre os primeiros, e os mais famosos condenados pela Inquisição.

Poderíamos contar, entre os cerca de quarenta mil processos que nos sobram dos quase três séculos que durou a Inquisição portuguesa, a história das muitíssimas mulheres anónimas presas por “varrerem a casa ao contrário” (sim, leram bem, pegar na vassoura e varrer a sala para dentro, em vez de para fora), o que era tido por sinal de judaísmo. Ou a história de Domingos Álvares, escravizado aos nove anos no atual Gana, levado para o Brasil, trazido para a Inquisição de Lisboa pela culpa de tratar gente com as mezinhas e rezas da sua África natal. Ou o menino António José da Silva, mais tarde famoso como dramaturgo e conhecido como “o Judeu”, que aos nove anos viu a sua mãe ser presa e levada do Rio de Janeiro para a Inquisição de Lisboa, e que décadas depois foi ele próprio mandado para a fogueira pelos mesmos inquisidores.

Vem tudo isto a propósito de, quase cinco séculos depois da fundação da Inquisição, haver um **padre católico, Gonçalo Portocarrero de Almada, que no Observador (onde mais poderia ser?) proclama que a Inquisição afinal... é que é a vítima. Vítima de uma “lenda negra” de que são “retirados os aspetos positivos” e**

que é preciso “refutar”, porque afinal a Inquisição às vezes também perdoava os réus ou não era ela que os queimava diretamente, porque os condenados eram “relaxados ao braço secular”, como então se dizia (ou seja: quem matava era o Estado e não a Igreja, o que talvez agrade a outra ala do Observador). Faltou apenas a Portocarrero de Almada creditar à Inquisição avanços na gastronomia nacional por ter levado os judeus a inventarem a alheira.

Voltemos então a Damião de Góis, porque há no seu processo uma coisa interessante. Os inquisidores que o condenaram a prisão perpétua prescindiram de uma cerimónia pública em auto de fé, porque Damião era conhecido um pouco por toda a Europa, e a publicidade poderia causar dano à “reputação” do reino. O que de certa forma nos protege do pecado de anacronismo: a Inquisição já era uma coisa vergonhosa na sua época e já então havia quem o dissesse. E, como se vê, às vezes até os inquisidores tinham vergonha do que faziam.

Aí está algo de valor que Portocarrero de Almada poderia aprender com eles.

Historiador, fundador do Livre

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Lotaria popular 9 5 9 8 9 1.º Prémio 50.000€

P Contribuinte n.º 502265094 | Depósito legal n.º 45459/91 | Registo ERC n.º 114410 | I44FC7883-D7DB-40EB-963A-368276537BCB | Ângelo Paupério Vogais; Cláudia Azevedo; Cristina Soares E-mail publico@publico.pt | Estatuto Editorial publico.pt/nos/estatuto-editorial | Lisboa Edifício Diogo Gão, Doca de Alcântara Norte, 1350-352 Lisboa; Telef.: 210111000 (PPCA); Fax: Dir. Empresa 210111015; Dir. Editorial 210111006; Redacção 210111008; Publicidade 210111013/210111014 | Porto Rua Júlio Dinis, n.º 270, Bloco A, 3.º, 4050-318 Porto; Telef.: 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redacção 226151099 / 226102213; Publicidade, Distribuição 226151011 | Madeira Telef.: 963388260 e/ou 291639102 | Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia. Capital Social €4.050.000,00. Detentor de 100% de capital: Sonaeacom, SGPS, S.A. Impressão Unipress, Travessa de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Telef.: 227537030; Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, SA, Estrada Consiglieri Pedrosa, 90, Queluz de Baixo, 2730-053 Barcarena. Telef.: 214345400 | Distribuição VASP - Distribuidora de Publicações, SA, Quinta do Grajal - Venda Seca, 2739-511 Aqualva Cacém; Telef.: 214 337 000 Fax : 214 337 009 e-mail: geral@vasp.pt Assinaturas 808200095 Tiragem média total de Agosto 33.336 exemplares Membro da APCT



O Público de sempre numa nova app
Tenha acesso aos conteúdos exclusivos do Público

Uma oferta **Santander** disponível até 15 de Setembro